

democracias

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 17 • 2017

A Democracia na Europa.

Desafio do Projecto para os Europeus

Isabel Cristina Baltazar

Isabel Cristina Baltazar, Doutorada em História e Teoria das Ideias, Especialidade de História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É Professora Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no Departamento de Estudos Políticos e Formadora da Rede do Centro de Informação Europeia Jacques Delors e do Team Europa da Comissão Europeia. É Investigadora do Centro de História da Cultura e do CESNOVA, ambos na FCSH/UNL, e também membro integrado do CEIS20.
E-mail: ibaltazar@fcsh.unl.pt.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_17_12

A DEMOCRACIA NA EUROPA. DESAFIO DO PROJECTO PARA OS EUROPEUS

Este estudo procura refletir sobre a Democracia na União Europeia e a sua real implicação na vida dos cidadãos europeus. Por um lado, a Democracia existe em instituições supranacionais e, muito particularmente, no Parlamento Europeu, instituição que representa, *de facto*, os cidadãos europeus. Por outro lado, esta democracia revela um défice porque a ligação dos cidadãos europeus à União Europeia é manifestamente insuficiente, logo pela baixa relevância social da participação nas Eleições Europeias, eleições de segunda ordem, porque os cidadãos descaram este ato eleitoral paradigmaticamente europeu, não o reconhecendo como um ato de verdadeira cidadania europeia ativa. A Democracia Europeia tem sido aprofundada no processo de construção europeia, nomeadamente através do reforço da legitimidade democrática e da atribuição de mais poderes de decisão normativa e de controlo ao Parlamento Europeu. A consolidação dos Direitos de Cidadania Europeia e de iniciativa popular dos cidadãos europeus é uma realidade expressa nos Tratados, mas não assumida e vivida pelos cidadãos europeus que sofrem de falta de participação e envolvimento no projeto europeu. É este o caminho a percorrer e a resposta para a encruzilhada europeia e futuro da Europa.

Palavras-chave: *Europa, Democracia, Instituições, Cidadãos Europeus, Participação.*

DEMOCRACY IN EUROPE. THE CHALLENGE OF THE PROJECT FOR THE EUROPEANS

This study seeks to address the topic of Democracy in the European Union and the real impact thereof on the lives of European citizens. On the other hand, Democracy exists in supranational institutions and, particularly, in the European Parliament that represents, *de facto*, the European citizens. On the other hand, this democracy has a deficit, because the connection of European citizens to the European Union is manifestly insufficient, first due to the weak social importance attached to the participation in European Elections - second raking elections - because citizens disregard this paradigmatically European electoral act and do not consider it to be a real act of active European citizenship. European Democracy has been enhanced by the process of European construction, namely by reinforcing the democratic legitimacy and awarding more legislative decision-making powers and for controlling the European Parliament. The consolidation of the Rights of European Citizenship and of initiative of European citizens is a reality that is reflected in the Treaties, but which is not embraced nor implemented by the European citizens, who suffer from the lack of participation and involvement in the European project. This is the way to go and the answer to the European junction and the future of Europe.

Keywords: *Europe, Democracy, Institutions, European Citizens, Participation.*

LA DEMOCRATIE EN EUROPE. DEFI DU PROJET POUR LES EUROPEENS

Cette étude cherche à réfléchir sur la Démocratie dans l'Union Européenne et sa réelle implication dans la vie des citoyens européens. D'une part, la Démocratie existe dans les institutions supranationales et, plus particulièrement, au Parlement Européen, institution qui représente, *de facto*, les citoyens européens. D'autre part, cette démocratie révèle un déficit car le lien entre les citoyens européens et l'Union Européenne est manifestement insuffisant, ne serait-ce que par la faible pertinence sociale de la participation dans les Elections Européennes, élections de deuxième ordre, car les citoyens négligent cet acte électoral paradigmatiquement européen, ne reconnaissant pas comme un acte de véritable citoyenneté européenne active. La Démocratie Européenne a été approfondie dans le processus de construction européenne, notamment à travers le renforcement de la légitimité démocratique et de l'attribution de plus de pouvoirs de décision normative et de contrôle au Parlement Européen. La consolidation des Droits de Citoyenneté Européenne et de l'initiative populaire des citoyens européens est une réalité exprimée dans les Traités, mais non assumée et vécue par les citoyens européens qui souffrent du manque de participation et d'engagement au projet européen. C'est la voie à parcourir et la réponse pour la croisée des chemins européenne et future de l'Europe.

Mots-clés: *Europe, Démocratie, Institutions, Citoyens Européens, Participation.*

“Essa Europa, enfim rejuvenescida, seria a da pluralidade de culturas a desejada Europa sem centro, uma Europa não de clientes, mas de cidadãos, ou mais simplesmente, uma Europa de pessoas. Sem excepções que matam nem hegemonias que assassina-o que pressuporia, provavelmente, a necessidade de um entendimento também novo da Democracia”.

José Saramago, 1999.

Palavras Prévias

Antes de mais, cumpre-nos esclarecer o leitor que este estudo é o resultado de décadas de investigação sobre História e Teoria das Ideias sobre a Ideia de Europa, através do estudo das memórias dos fundadores e pensadores da Europa, e, da reflexão sobre como essas ideias foram sendo realizadas como projecto europeu. Para o estudo do processo de construção europeia, a autora enriqueceu essa visão nos acervos do Arquivo-Histórico Diplomático do MNE, seguindo sempre a perspectiva da História da Construção Europeia¹.

É a partir desta área de estudos que se reflecte sobre as perspectivas aqui apresentadas, julgando que podem complementar os estudos de Direito ou de Ciência Política, e nunca pretendendo substituir-se aos meritórios trabalhos dessas áreas de investigação. Por outro lado, como membro do *Team Europe* da Comissão Europeia, a autora realizou centenas de palestras onde teve a oportunidade de perceber a opinião dos europeus sobre a União Europeia, e, a sua falta de envolvimento como cidadãos numa democracia cívica. Estes estudos de caso, realizados em Portugal, são semelhantes ao alheamento dos europeus dos restantes países, ou, num cenário mais preocupante, ao eurocepticismo e anti-europeísmo de muitos. A participação nas Eleições para o Parlamento Europeu (2014) é uma prova desta afirmação². Por isso, o fio condutor deste estudo pretende mostrar como a apatia, antipatia ou ausência de envolvimento dos europeus no processo de construção europeia, tem como problema, a falta de ligação entre a esfera institucional e a cidadania activa, prevista pelos tratados, mas que revela um défice de realização na prática de uma democracia cívica real. Por último, mostrar que só o aprofundamento da cidadania europeia e um funcionamento institucional mais próximo dos cidadãos europeus, poderá tornar o projecto europeu como algo desejado e desejável para os europeus e o caminho para uma relação estreita com as instituições europeias. É este o desafio actual da Europa e o caminho do futuro.

Actualmente a União Europeia encontra-se numa encruzilhada, agravada pelas constantes crises e pela grande maioria dos europeus não se envolverem no projecto de construção europeia, ou, pelo contrário, serem eurocépticos ou mesmo contra uma Europa unida. Este trabalho procura fazer uma reflexão sobre a democracia europeia considerando que deve ser a prioridade actual da União Europeia. Pensar a participação

¹ Esta investigação foi o trabalho de Pós-Doutoramento intitulada “A Europa na Diplomacia Portuguesa. Uma Visão Pós-Guerras” e que aguarda publicação.

² Cfr. <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/turnout.html>

do povo (demos) nessa Europa é o regresso à própria génese da Democracia desde a civilização grega. Por outro lado, para além da escassa participação dos cidadãos no processo de construção europeia, as próprias Instituições Europeias sofrem um défice democrático. Refira-se o caso do Parlamento Europeu, a instituição eleita pelos cidadãos mas que precisa de aprofundar a sua vocação democrática, já que os europeus não revelam interesse por participar plenamente, e, outros sentem-se impotentes frente às instituições, pelo excesso de formalismo que entrava o motor democrático.

Consequentemente, a democracia europeia é constantemente questionada de forma a promover maior participação no espaço europeu. O défice democrático do Parlamento Europeu é, em parte devido à baixa visibilidade da instituição. A iniciativa de Cidadania Europeia, mais conhecida como o sigla ICE nasce com o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009, e pretendeu ser um passo importante no progresso da democracia na Europa. Eis o conjunto de questões que iremos abordar para defender a premissa de que o futuro da Europa está no aprofundamento da sua democracia.

Pensar a Democracia na Europa abordagem histórica e problemas actuais da democracia numa perspectiva cívica.

Desde os alvares da Democracia, que remontam à civilização grega clássica, que a participação política dos cidadãos nos assuntos da *Polis* é considerada como essencial para uma vida comunitária. Desde então, até à actualidade, à perfeição dos modelos políticos não corresponde a sua prática de cidadania activa. As instituições democráticas sempre foram objecto de discussão e de progressivo aperfeiçoamento, impossível de realizar totalmente, porque as instituições são uma concretização imperfeita de teorias sobre a Democracia. Sob este fogo cruzado de discussão política e de questionamento crítico, tem (sobre) vivido a própria Europa.

A União Europeia segue o modelo ocidental de democracia representativa, sendo herdeira de vinte e cinco séculos de reelaborações sem, no entanto, ter aprendido as lições da História e chegado a um ponto de imitação da democracia representativa ocidental. Presentemente, a Democracia na Europa, apesar de ter resistido ao desgaste das instituições democráticas, e de pretender ser efectivamente uma Democracia representativa, chegou a uma crise provocada por ondas de populismo e de novas formas de democracia pós-modernas, como a postdemocracia, a democracia multidimensional, a ciberdemocracia ou a cosmografia, como refere Álvaro BALSAS, num interessante artigo sobre a Democracia em questão.³

Na Europa ocidental, chegámos a um estado de desencanto e de cepticismo em relação à própria democracia, chegando até a questionar as virtualidades desta democracia imperfeita, sobretudo devido aos vários fenómenos que reflectem os limites da democracia: a crise das soberanias, o forte abstencionismo eleitoral, a tirania das maiorias e a galopante desfiliação política e democracias corporativas e de grupos de interesses, que procuram proveitos pessoais em vez do bem colectivo.

³ BALSAS, Álvaro - "Política e Filosofia I: A Democracia em questão". *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. Nº72 (2016).

Por outro lado, os governos do ocidente vão perdendo progressivamente a credibilidade por promessas eleitorais não cumpridas, expectativas criadas em falso nos cidadãos que respondem pela indignação, descrença e silêncio visível na ausência de participação política em eleições. Outros, optam por fazer ouvir a voz do descontentamento, através de movimentos de contestação de cidadãos indignados. Uns e outros, denunciam a crise das instituições democráticas e uma profunda crise da democracia. É este o cenário de crise sentido na Democracia na Europa e, muito particularmente, na União Europeia, espelho do cenário da democracia no ocidente. É esta crise, um problema, mas, também, uma oportunidade de repensar a realidade e de reinventar a democracia, superando as dificuldades e redefinindo as possibilidades de uma verdadeira democracia.

A Democracia na União Europeia. Uma perspectiva institucional

A Democracia na União Europeia tem sido alvo de grandes críticas, não obstante ter sido constantemente reforçada, para além das Eleições Europeias para o Parlamento Europeu, o acto mais democrático, mas considerado por muitos de “segunda ordem” devido à baixa participação dos europeus nestas eleições. De facto, a Democracia na União Europeia tem sido reforçada e aprofundada de várias formas, entre as quais, pelo reforço da legitimidade democrática, de atribuição de mais poderes de decisão normativa e de controlo do Parlamento Europeu, ampliação e consolidação dos direitos de cidadania europeia, para além do significativo reforço de cidadania europeia activa através dos Direitos de Iniciativa Popular dos Cidadãos Europeus.

Nesta Democracia Europeia, como bem observa Ana Maria Guerra, “o poder provém do povo, é exercido pelo povo e para o povo. Por isso, os cidadãos devem eleger os órgãos de decisão política e participar na adopção de decisões políticas e devem dispor do poder de controlar os governantes”⁴. A concretização destes princípios é a actualização da realidade de uma governação democrática à escala europeia, através da percepção e realização dos interesses e necessidades dos cidadãos europeus, para criar instrumentos de decisão representativos do bem comum. No entanto, como observa Oberdoff⁵, esta Democracia à escala europeia, é uma novidade sem precedentes porque nunca antes tinha sido empreendida tal objectivo: uma democracia concretizada através de uma União de Estados que, embora desejando aderir ao projecto, não comungam do desejo de perder parcelas de soberania.

Parece uma missão impossível ou um trabalho herculeano e inovador, querer unir Estados, transferindo poderes para a União, mas numa partilha sem perderem poderes soberanos. É algo inédito na História, por isso, a complexidade do projecto não tem

⁴ MARTINS, Ana Maria Guerra – *Curso de Direito Constitucional da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2014, p.213.

⁵ OBERDOFF, Henri - “Le principe démocratique dans l’Union Européenne”. In BROSSET, E; CHEVALLIER-GOVERS, C.; EDJAHARIAN, V.; SCHNEIDER, C. (ed.) - *Le Traité de Lisbonne, Reconfiguration ou Déconstitutionnalisation de l’ Union Européenne?*. Bruylant, 2009. p.182 e ss.

lições passadas para servirem de exemplo e de aprendizagem. É, por isso, uma viagem arriscada e sem certezas de chegar a uma efectiva Democracia Europeia Transnacional.

Para ser eficiente, esta Democracia respeita a separação de poderes: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judicial. A questão central é muito bem apontada por Diogo Seixas, quando diz que “para além da manutenção de um sistema político com as características transversais a qualquer governação democrática, a União Europeia tem de lidar com dois graus de legitimidade: a legitimidade dos Estados e a legitimidade do povo. Este balanço, nem sempre fácil, tem vindo a ser reflexo das exigências com que as instituições europeias têm de lidar, procurando sempre defender o interesse geral da União”⁶.

A democracia europeia, expressa nos tratados, pode ser concretizada através da democracia participativa e democracia representativa. Esta última, pode ser directa, através das eleições para o Parlamento Europeu, sendo os seus membros representantes dos cidadãos da união, eleitos por sufrágio universal directo, e, indirecta no Conselho Europeu, onde os Estados-membros são representados pelos chefes de estado e de Governo e pelos respectivos ministros. Estes representantes são originários dos parlamentos nacionais e representam os cidadãos europeus. A democracia participativa não fica limitada por eleições nem pelo tempo: é constante e faz parte do dia-a-dia dos cidadãos europeus e da sua iniciativa dentro da União Europeia.

O Tratado de Lisboa reconhece esta forma de participação, enunciada no artigo 11º do TUE, onde se determina que as instituições europeias “dão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União”⁷.

Jurgen Habermas, reconhece que os cidadãos ficam empossados e responsabilizados por uma participação cívica na União, através do respeito por valores comuns, na sociedade civil pondo em prática uma *democracia em rede* e um *patriotismo europeu* através de *uma acção comunicativa*⁸.

Os cidadãos europeus têm ainda o *direito de proposta de iniciativa popular*, tendo para isso de reunir um milhão de cidadãos da União, nacionais de um número significativo de Estados-membros, tendo como destinatária a Comissão Europeia. A este propósito, refira-se o Livro Branco sobre a Governança Europeia (2001), onde podem ler-se os cinco princípios da boa governança, onde está incluída a participação alargada.

Como refere Andreas Gross “se sem democracia não haveria Europa, também sem Europa não haveria democracia”⁹. Esta democracia europeia não significa que seja necessário a constituição de um Estado europeu. Ela já existe: um Demos sem ethnos, porque em vez de um povo europeu, temos povos europeus: é um direito sem Estado. Só não é possível existir a democracia europeia sem os povos europeus, numa adesão

⁶ COSTA, Diogo Seixas da – *Ensaio sobre a Democracia Europeia e a sua legitimidade: o incessante apelo à participação democrática do Cidadão Europeu*, p.3.

⁷ ROCHA, Isabel – *Tratados da União Europeia*, Porto: Porto Editora. ISBN 9789720067210

⁸ HABERMAS, Jurgen – “A União Europeia perante a decisão entre a democracia transnacional e o federalismo executivo pós-democrático”. In *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70, 2011. p.55.

⁹ Andreas Gross, citado por SANDE, Paulo – *O sistema político da União Europeia*. Lisboa: Principa Editora, 2000. p.196.

livre, mas comprometida, porque ficaria sempre a faltar qualquer coisa à democracia: a sua essência.

O projecto político europeu só pode existir se os europeus tornarem a Europa sua. Como afirma Paulo Sande, “um dia, quando a democracia europeia oferecer aos povos europeus aquilo que estes desejam receber dila, a sua participação e o seu empenhamento aumentarão necessariamente”¹⁰. Por seu lado, o problema da democracia europeia é que ela precisa, desesperadamente, dos europeus, mas, para eles também sentirem precisar da Europa, é preciso, antes de mais, perceberem a razão de ser deste projecto e que o seu fim é, precisamente, para que os povos europeus vivam melhor.

A mensagem aos europeus precisa de ser melhor comunicada para eles entenderem que a democracia na Europa não existe sem os europeus. Quando os europeus perceberem, “eles terão compreendido, por seu lado, que a unificação europeia lhes garante a paz, oferece empregos, assegura estabilidade económica, segurança física, livre circulação e progresso”¹¹. É preciso que os europeus reconheçam a democracia europeia e que ela é o rosto do seu presente e futuro, e, o meio para serem mais felizes: “esse será o dia em que os cidadãos europeus erguerão o rosto, procurando com os olhos os astros a que outrora os nossos antepassados chamaram Hesperus e Phosphorus, para os designar por um só nome, Vénus...”¹².

É de justiça lembrar Jean Monnet que, desde o início do projecto europeu, anunciou de forma muito clara que queria unir homens e não estados. A expressão “Nous ne coulisons pas des États, nous unissons des hommes” é programática e ponto de partida para o processo da construção desde o seu início até à actualidade. Esta “união de pessoas” é o princípio e o fim da própria União Europeia. É a essência dessa democracia europeia, na forma mais genuína de se realizar como governo do povo. No entanto, estes povos europeus existem em estados e são eles que os representam.

A União Europeia pretendia, por isso, desde início, ser a união dos povos da Europa, através dessa união de estados, e representa o melhor exemplo de integração de Estados soberanos. Embora o modelo político da união seja um modelo híbrido e diferente de todos os outros, revelando-se um objecto político não identificado (OPNI), na célebre expressão de Jacques Delors, há uma partilha de soberania entre os seus estados membros ou uma transferência de parcelas da soberania nacional para a soberania da união, muito explícita em questões de âmbito económico, mas, também, visível na evolução dos tratados e do aprofundamento da união a nível político.

De facto, a União Europeia é formada por instituições supranacionais cujas decisões vinculam os estados membros e os seus respectivos povos. No entanto, a Europa da União revela uma grande falta de participação dos cidadãos dos Estados-membros nas decisões tomadas para eles, o que parece paradoxal, lembrando o ideário dos pais fundadores. Os cidadãos da Europa revelam um desconhecimento das questões europeias e, mais grave ainda, uma apatia quando são confrontados com a possibilidade de uma efectiva participação. É este o défice democrático da União, na medida em que os cidadãos europeus não influenciam determinantemente o processo da construção europeia.

¹⁰ SANDE, Paulo – *op. cit.*, p.199.

¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹² *Idem, Ibidem.*

A Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais

O enigma europeu, ou na expressão de Paulo Sande, “um enigma, embrulhado num mistério: a União Europeia¹³, é difícil de definir por ser o primeiro grande processo de integração de Estados-soberanos. É mistério porque ao seu constante aprofundamento e alargamento, não corresponde a confiança e envolvimento dos povos europeus.

O Tratado de Amesterdão define a União Europeia como complexa, multipolar, flexível e democrática. De facto, com o Acto Único, a Europa era um mercado, com o Tratado de Maastricht, de simples “comunidade”, o sistema da UE passou a ser complexo: económico, social, político, ecológico e cultural, para além de pretender ser uma sociedade civil, ou seja, uma democracia europeia de cidadãos participativos.

Num quadro de indefinição da UE, mais recentemente, os Europeputados propuseram um pacto para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais¹⁴. Nesse sentido, a Comissão deve apresentar, até Setembro de 2017, uma proposta para a criação de um “Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”, que inclua uma dimensão preventiva e corretiva, um ciclo semelhante ao Semestre Europeu de coordenação das políticas orçamentais e relatórios específicos por país. A recomendação é feita num relatório de “iniciativa legislativa” aprovado pelo Parlamento Europeu.

Neste pacto, pode ler-se: “A Comissão Europeia pode ordenar aos Estados-Membros que adaptem os seus orçamentos (...) a fim de torná-los conformes com o direito da UE (...) O mesmo já não acontece quando se trata do cumprimento das obrigações previstas no Tratado em matéria de democracia, Estado de direito e direitos fundamentais (...) Não existe nenhum mecanismo integrado para uma monitorização sistemática, imparcial e completa de todos os Estados-Membros e das suas instituições”, salienta a relatora da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Sophie in ‘t Veld (ALDE, Países Baixos).

Neste requerimento do Parlamento Europeu à Comissão, é pedido que apresente, até Setembro de 2017, uma proposta para a celebração de um “Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”, sob a forma de um acordo interinstitucional, no âmbito do artigo 7.º do Tratado da UE, que determina as ações a tomar caso exista um risco manifesto de violação grave dos valores em que assenta a União. Caso não apresente a proposta requerida pelo PE, a Comissão terá de justificar os motivos para tal.

Este novo mecanismo europeu, que integraria e complementaria os mecanismos existentes, deve basear-se em elementos concretos, avaliar em termos equitativos e não deve ser sujeito a “influência externa, nomeadamente do ponto de vista político”. Deve ser aplicável tanto aos Estados-Membros como às instituições europeias e ser baseado numa abordagem gradual, “incluindo uma vertente preventiva e outra corretiva”.

A avaliação do estado da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais nos Estados-Membros e a elaboração de projetos de recomendações específicas por país devem ser efetuadas por um painel de peritos independentes. Este painel de peritos deve

¹³ SANDE, Paulo – *O sistema político da União Europeia*. Lisboa: Principa Editora, 2000. p. 13.

¹⁴ Comunicado de Imprensa do Parlamento Europeu na Sessão Plenária de 25-10-2016.

avaliar cada um dos Estados-Membros relativamente a uma série de aspetos, como a existência de freios e contrapesos institucionais que garantam que a imparcialidade do Estado não seja posta em causa e a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social, e identificar eventuais riscos, abusos ou violações.

A adopção de um Relatório Europeu sobre Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais pela Comissão daria depois início ao debate interparlamentar e ao debate no Conselho. No relatório hoje aprovado, o Parlamento Europeu faz recomendações detalhadas sobre todos os passos deste mecanismo anual.

Como vemos, o processo de construção da Democracia na Europa continua a ser um projecto a aperfeiçoar e a desenvolver. O desenvolvimento futuro da democracia na União Europeia não pode ser assegurado a partir do controlo de constitucionalidade de um dos seus Estados-membros, nem pela intergovernamentalidade constituída por todos eles na sua função de “garantes dos tratados”. A identidade política complexa que é a União Europeia, a sua democraticidade tem de ser pensada no equilíbrio do intergovernamental e do transnacional.

A construção europeia deve respeitar a singularidade política que a União representa, e, neste contexto, fazer a sua análise democrática, dentro da sua especificidade e originalidade. Os actuais desafios da União Europeia vão muito para além da integração de estados, supranacionalidade ou intergovernamentalidade. É preciso inventar novos paradigmas.

O Défice Democrático no processo decisório da União Europeia

A realidade é que a tomada de decisões políticas é feita por uma elite política distante dos cidadãos dos Estados-membros e essa elite mantém os cidadãos afastados das decisões políticas e, por outro lado, fica fora do controle dos próprios cidadãos. De facto, o único órgão eleito directamente pelo povo é o Parlamento Europeu, instituição com poderes limitados, por um lado, e, por outro, distante dos próprios cidadãos europeus. Esta distância é tanto mais agravada porque os cidadãos não participam como poderiam fazer, logo a começar pela forte abstenção nas eleições europeias.

O défice democrático existe ainda porque os europeus não usam os seus direitos de cidadania por desconhecimento e por falta de interesse e iniciativa. Por tudo isto, a União Europeia, e, muito particularmente o Parlamento Europeu, não consegue ainda ser o rosto dos seus cidadãos, nem ser a voz da sua vontade por falta de expressão. Em consequência, as decisões da União não reflectem a vontade dos cidadãos e carecem de legitimidade popular, embora por alheamento voluntário dos cidadãos que, embora sejam directamente afectados pelas decisões, não fazem ouvir a sua própria voz. Esta apatia e mesmo crise de confiança dos cidadãos, mostram a necessidade de fortalecer as funções do Parlamento Europeu através de maior transparência no modelo decisório e simplificando-o e tornando-o mais próximo dos cidadãos. As funções representativa, legislativa e de controle político atribuídas ao Parlamento Europeu são aquelas que permitem um aprofundamento e reduzir o défice democrático. Fica a questão do federalismo como modelo para uma maior democracia e participação popular, modelo ainda bem distante, mas ideia que permanece no horizonte desde o famoso, mas impossível, Plano Briand de uma União Federal Europeia até à actualidade.

Parlamento Europeu e a redução do déficit democrático

O Parlamento Europeu tem sido a força motriz na democracia europeia e a sua ampliação de poderes pretende reduzir o déficit democrático. A Comissão Europeia está agora sujeita a um voto de investidura, inexistente no Tratado de Roma. Esta votação é realizada após as audições individuais aos comissários candidatos e uma votação por parte do Parlamento. O presidente da Comissão Europeia deve ser aprovado pelo Parlamento Europeu antes de formar a sua equipa, e constituída pelos Estados-membros entre candidatos propostos pelos partidos políticos europeus. O Tratado de Lisboa veio aumentar, ainda, os poderes do Parlamento Europeu através do Direito de Veto sobre mais acordos internacionais e dar-lhe um poder igual ao do Conselho no orçamento e na governação económica. Estes desenvolvimentos são positivos para a democracia europeia, apesar de um número considerável de Estados-Membros – que têm poder de veto sobre as alterações do tratado – e, em alguns casos, a Comissão se tenham oposto inicialmente a essas alterações. É importante o reforço de poderes do Parlamento Europeu para uma boa qualidade da democracia.

Apesar de tudo, as críticas à democracia da UE são justas, mesmo antes da crise da dívida soberana, porque, de facto, os cidadãos não têm as ferramentas adequadas para responsabilizar os decisores políticos da União Europeia pelas suas decisões. O grave problema é sempre a falta de comunicação da Europa aos europeus. Desde as campanhas para as eleições europeias até ao dia-a-dia das Instituições, falta uma grande reflexão e debate popular sobre a Europa. Para tal, seria necessário primeiro informar e transmitir conhecimentos essenciais sobre a Europa que permitissem essa reflexão, crítica e interferência dos cidadãos europeus no futuro da Europa. Os cidadãos não são consultados e confrontados com escolhas que essencialmente lhe pertencem, por serem representados pelo Parlamento Europeu.

A governação europeia está longe dos seus destinatários e ficou ainda mais distante na crise financeira e da dívida soberana. O carácter democrático tem sofrido graves revés com estes momentos, e as ideias originárias de políticas consensuais e direitos das minorias estão em risco acrescido. O Parlamento Europeu, os parlamentos nacionais, a sociedade civil e os parceiros sociais precisam de reaver o seu protagonismo na União Europeia que atravessa graves crises, a última, com o resultado do referendo no Reino Unido. Foi um alarme muito grave de que os cidadãos europeus não se revêem nesta Europa. O projecto europeu está a enfrentar um grave cepticismo que o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker interpretou como sinal de que a União Europeia não está bem, a propósito da crise dos refugiados: “Não gosto desta Europa (...) esta Europa que se fecha às esperanças e às expectativas dos outros”¹⁵. É preciso voltar a gostar da Europa regressando ao seu projecto originário e relendo as Memórias dos Fundadores. É esse o caminho de esperança.

¹⁵ Discurso de Jean-Claude Juncker, Madrid, Outubro de 2015.

A participação democrática do Cidadão Europeu: um urgente apelo

A participação dos cidadãos europeus na União Europeia pode concretizar-se de várias formas: directamente, através das eleições para o Parlamento Europeu ou através de referendos, e indirectamente, através dos governos, democraticamente eleitos nos respectivos países. Os tratados, e muito especialmente o Tratado de Lisboa, foram estabelecendo formas de participação democrática dos cidadãos, consagrando a Democracia Representativa, através do enunciado de princípios democráticos estabelecidos no Tratado da União Europeia (TUE), artigo 10º que “O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa” (nº1), e que os cidadãos europeus estão directamente representados no Parlamento Europeu (nº2), tendo o direito de participar na vida democrática da União (nº3) e que os partidos europeus devem contribuir para a criação de uma consciência política europeia e expressarem a vontade dos cidadãos da União (nº4).

O Tratado de Lisboa vem aprofundar o TUE na medida em que fala expressamente de parlamentos regionais, nacionais e o Parlamento Europeu, relevando a importância das Eleições Europeias para o aprofundamento do processo de construção europeia com base na vontade expressa dos cidadãos europeus. No entanto, a fragilidade desta ideia é expressa pelo poder dos partidos nacionais na eleição dos deputados europeus, mas esta seria outra questão, não central na problemática em causa. Por outro lado, fica a questão da representação proporcional dos cidadãos europeus de cada estado membro, desproporcional em relação à sua população, seja no Parlamento Europeu ou no Conselho, em que os grandes Estados acabam por ficar sub-representados, com um mínimo de seis deputados por Estado-Membro e um máximo de 96 (artº14, nº2 do TUE). Por consequência, os votos dos cidadãos europeus de diferentes estados-membros não têm mesmo valor e a regra da maioria qualificada ou unanimidade no Conselho, em algumas votações, não segue a verdadeira democracia. O princípio da igualdade não está em equilíbrio com o princípio da representação dos povos europeus.

Os cidadãos europeus têm demonstrado um interesse decrescente sobre a União Europeia, sendo que nos anos 90, existia uma grande popularidade, tendo vindo a diminuir, sendo preocupante na ratificação do Tratado de Maastricht, que teve de ultrapassar as reticências da opinião pública e dos próprios parlamentos nacionais. Outro grande momento de descontentamento contra a União Europeia, ocorreu aquando da adesão de 12 estados à União Europeia entre 2005 e 2007. Por outro lado, não esqueçamos a rejeição do Tratado Constitucional referendado em França e na Holanda e, finalmente, as dificuldades de ratificação do Tratado de Lisboa. Todos estes momentos parecem confirmar a falta de simpatia pelo projecto europeu, ou, mesmo a sua rejeição como um caminho de futuro. Por outro lado, sempre que não há rejeições há um distanciamento dos cidadãos europeus em relação à União Europeia e suas instituições, o que prova uma desmotivação dos cidadãos perante uma democracia também desmotivadora.

A questão que nos serviu de ponto de partida foi a de perguntarmos se os cidadãos têm consciência da importância da União Europeia nas suas vidas, ou seja, se existe, verdadeiramente, uma cidadania activa. De facto, é fácil constatar o desagrado de muitos cidadãos sobre o projecto europeu, expresso de muitas maneiras, e muito evidente na questão do Brexit. Podemos observar que quando os cidadãos são chamados a dar a

sua opinião sobre a Europa, a maioria dos votantes, responde negativamente a este projecto, com consequências tão dramáticas quanto a da saída da Inglaterra da União Europeia. Anteriores referendos foram igualmente negativos, o que nos leva a pensar que se fossem extensíveis a todos os países, o resultado seria preocupante e o futuro da Europa ficaria numa encruzilhada.

No entanto, se reflectirmos sobre os resultados, podemos concluir que os cidadãos que votam dizem, na sua maioria, não, mas, não representam aqueles que não foram votar, por razões de apatia ou de falta de empenhamento numa cidadania activa, mas que, no limite, e após os resultados, não se revêem na saída da União Europeia e/ou tomam consciência da verdadeira perda para as suas vidas. As implicações desta atitude na construção de uma democracia transnacional desvirtua o nível de legitimidade democrática de uma experiência política única na História. O que significa, que mais do que repensar o défice democrático das Instituições Europeias, é preciso analisar os resultados dos actos eleitorais na União Europeia, sempre que os cidadãos são explicitamente convidados a decidir o futuro da Europa.

A primeira e grave constatação é a da falta de consciência europeia dos cidadãos e que o défice democrático maior resulta desta falta de envolvimento dos cidadãos na construção europeia. A outra constatação, é a de que os cidadãos que se manifestam têm reacções nacionalistas e de afirmação identitária, o que pode ser uma lição para a necessidade de construir uma Europa da Cultura e dos Cidadãos, muito para além de uma Europa Económica e Política. A integração europeia começou, de facto, pela integração económica, mas, se lermos com atenção as obras dos pais fundadores, reparamos que não era esse o fim da comunidade europeia, mas, antes, um meio para chegar à verdadeira comunidade de pessoas e de culturas, numa Europa “Unida na Diversidade”, como é lema da União Europeia, uma mensagem muito incipientemente comunicada aos cidadãos da Europa.

A crise actual da Europa é, também, uma crise de valores, ou seja, a falta de consciência europeia das raízes históricas da Europa, desses fundamentos comuns greco-romanos e da civilização cristã, que fizeram de nós, um povo europeu. Esta identidade europeia¹⁶ é sentida dentro da Europa como um problema, mas reconhecida como perceptível pelos não-europeus que visualizam essa pretensa não-identidade pelos que estão dentro, como uma evidência pelos que estão fora, e o objecto é sempre o mesmo. Tudo o que foi exposto pretende afirmar que a integração europeia tem de ser, também, uma integração cultural e que o processo de construção europeia precisa de ser mais centrado nos seus povos europeus e na aceitação das suas diferenças culturais que exigem tempo e reflexão para uma unidade europeia no seu todo, num sistema político que integra os cidadãos.

¹⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) – *Identidade Europeia e Multiculturalismo*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

A Europa dos cidadãos: o caminho para uma cidadania

Parece em teoria, que o acesso dos cidadãos à União Europeia está consagrado, desde logo pelo direito de participação nas Eleições Europeias, não fosse o descalabro da escassa participação eleitoral. Para vitalizar a Europa dos cidadãos, é preciso que eles se sintam europeus, porque, como dizia, inúmeras vezes, Jaques Delors, ninguém se apaixona por um mercado único. Este sentimento de pertença à Europa só pode ser gerado se o objectivo for uma cidadania inclusiva, ou seja, com uma dimensão psicológica, emocional e de opinião, expressão de que a Europa vem de dentro para fora, e não como algo imposto de fora para dentro. A sua participação na democracia europeia tem que ser de corpo e alma, e, para isso, é necessário forjar uma cidadania de bem-estar e onde a opinião dos europeus conta cada vez mais e, por isso, gera bem-estar físico, mas, também, psicológico.

A Europa reduzida a um mercado, a um banco, a uma moeda, a uma concorrência sem limites, não seduz os europeus nem ninguém. A Europa é muito mais do que isto: a Europa é bem-estar, uma vida boa, um modo de viver a vida quotidiana. É preciso acordar os europeus para a realidade vivida mas não consciente e que percebam que a Europa mudou de facto a sua vida para melhor, apesar de não terem consciência dessa realidade.

A cidadania europeia é supranacional, mas deverá ser exercida, como uma cidadania nacional, ou seja, como uma acção de indivíduos envolvidos nos destinos da sua nação, pessoas igualmente envolvidas, empenhadas e interessadas na sua pertença à União Europeia. Esta cidadania é o verdadeiro desafio da Europa actual e, também, o futuro para a Europa, porque representa o verdadeiro passo para uma verdadeira democracia europeia. Uma cidadania que tem uma substância diferente da nacional, porque aglutina uma identidade dentro da diversidade nacional. Trata-se de um alargamento da dimensão da cidadania- uma cidadania além fronteiras- porque a cidadania nacional ficaria esvaziada dentro de uma união de Estados, porque este alargamento de fronteiras conduz ao alargamento da visão de cidadania, pararela ao espaço da Nação-Europa.

Esta cidadania, expressa no artigo 8º do Tratado de Maastricht, vem na sequência da ideia expressa pelas grandes figuras europeias, da necessidade de fomentar uma identidade europeia. Esta identidade não punha em causa as identidades nacionais, como a cidadania europeia não aniquila as cidadanias nacionais. Estes novos conceitos emergem da necessidade de formar um todo face ao exterior, ou seja, de existir uma União Europeia face ao resto do mundo. A esse propósito, leia-se a Declaração de Copenhaga:

“Desejosos de assegurar o respeito pelos valores de ordem jurídica, política e moral aos quais estão ligados, pretendendo preservar a rica variedade das suas culturas nacionais, partilhando uma mesma concepção da vida, fundada sobre a vontade de construir uma sociedade concebida e realizada ao serviço dos homens, eles (os nove Estados-membros), entendem salvaguardar os princípios da democracia representativa, do reino da lei, da justiça social- finalidade do progresso económico- e do respeito pelos direitos do Homem, que constituem os elementos fundamentais da identidade europeia”¹⁷.

¹⁷ Vide *50 Anos de Europa. Os grandes textos da Construção Europeia*. Lisboa: Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, 1997. p. 88, ponto 1.1.

Esta cidadania seria acrescentada pela Comissão Europeia, em 1975, num documento intitulado *Towards European Citizenship*¹⁸, e, no mesmo ano, o Relatório Tindemans afirmava a emergência de uma Europa dos Cidadãos¹⁹. Foi no Congresso Europeu de Fointainebleau, de 1984, que foi preconizada a instauração de uma verdadeira cidadania europeia, estabelecendo normas para fortalecer e promover a identidade europeia, sendo adoptadas as imagens e os símbolos da Europa. Foi aqui que nasceu a simbologia que nos identifica como europeus: o passaporte europeu, a adopção do hino e da bandeira, a formação de equipas desportivas europeias e a cunhagem de uma moeda ECU. A Cidadania Europeia tinha agora símbolos exteriores que identificavam um modo de ser que ficaria institucionalizado como Cidadania Europeia, pelo Tratado de Maastricht²⁰.

A cidadania europeia passaria a ser um objectivo da União, previsto por tratado, com direitos concretos e deveres virtuais. Se lermos o Tratado de Maastricht para conhecer o estabelecido para a cidadania, os artigos 17º a 22º do TUE dizem expressamente que é cidadão da União qualquer nacional de um Estado-membro, (nº1) e que os cidadãos da União, assim definidos, gozam dos direitos e sujeitam-se aos deveres que o tratado preveja (nº2). Também fica consignado que a cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui (artº17º nº1). Nesta cidadania, complementada pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE²¹, ficam incluídos os direitos de circular, os direitos políticos, o direito de petição e apresentar queixas ao provedor de Justiça.

A Europa dos Cidadãos estava determinada e ligada intrinsecamente à Europa sem fronteiras onde, muito para além de circularem livremente mercadorias, circulam também ideias, ou seja, cidadãos europeus que se entrecruzam livremente uns com os outros, rumo a uma democracia europeia.

Muito mais tarde, Tindemans exclamaria que “dreams be come true, but gradually”²², para dizer que tantos anos passados, em 1998, as suas propostas estavam (ainda) longe da realidade europeia. Ontem e hoje. Os sonhos serão realidade, mas gradualmente.

“O problema da Europa...que é também nosso”²³

George Weigel numa brilhante expressão, conseguiu sintetizar a chave para resolver o enigma europeu. A democracia europeia inclui necessariamente uma cidadania europeia, porque não é possível falar de “cracia” sem falar de “demos” e o poder do povo só está, de facto, actualizado se os povos europeus o tomarem como seu e usarem como um direito, mas, também, um dever de cidadania europeia. Assim como não pode haver Democracia sem povo, o que seria uma impossibilidade e uma contradição,

¹⁸ Comissão Europeia, *Towards European Citizenship*, <http://ec.europa.eu/justice/citizen/consulta> em 9 de Junho de 2017.

¹⁹ Documento nº481/75, de 29/12/1975, Suplemento do nº1/76 do Boletim das Comunidades Europeias.

²⁰ Tratado da União Europeia (TUE) Maastricht, artº8.

²¹ Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

²² In WESTLAKE, Martin (ed.) - *The European Union beyond Amsterdam*. Londres: Routledge, 1998. p. 140.

²³ WEIGEL, George - “O problema da Europa...que é também nosso”. *Revista Nova Cidadania*. Lisboa: Principia Editora. N.º40 (2004). p. 46-54.

também não pode haver povo que não seja cidadão e povos europeus que não sejam os actores dessa cidadania europeia. Por isso, o problema da falta de uma cidadania europeia activa, é um problema da Europa e um problema de todos os europeus que assistem silenciosos a um projecto que é seu e, este silêncio é, a nosso ver, a causa principal da encruzilhada europeia ou de uma Europa à deriva.

Segundo George Weigel, ao apontar razões morais e culturais ao problema europeu, visiona o problema da Europa como um afastamento da sua essência, da sua cultura e da sua história, e ampliando este problema à escala americana: “A minha ideia é que, ao nível mais fundamental, é em termos morais e culturais que se deve entender esse problema europeu. E penso, também, que não se trata de um problema que atinja apenas os nossos amigos e aliados europeus: o problema europeu deles é, também, um problema nosso”²⁴. Sobre a Democracia, Weigel interroga-se porque a forma como a Europa encara a democracia e as responsabilidades das democracias na política mundial é muito diferente dos americanos. Robert Kagan chega mesmo ao limite de considerar que no que se refere às importantes questões estratégicas internacionais de hoje, os Americanos são de Marte e os Europeus são de Vénus²⁵.

A visão diferente da Democracia na América e na Europa tem a ver com a história de cada um dos continentes: a devastação do seu continente por duas guerras mundiais, a divisão do continente durante a guerra fria, que, a ter-se transformado em guerra quente, teria provavelmente destruído a Europa, a maior experiência da Europa do que é a vulnerabilidade da Europa perante o terrorismo, todas estas contingências levaram, a uma percepção diferente sobre os valores da paz e da liberdade no século XXI.

Perante este quadro, a Europa reage mais pacificamente do que a América não sendo um “hard power” no mundo contemporâneo. O “soft power” dos europeus, por outro lado, é uma lição de civilização para o mundo em que vivemos porque a “power politics” foi substituída por um Estado de Direito que na integração europeia um meio para salvaguardar a paz. A Europa e a sua Democracia é, assim, um modelo de civilização para a América e para o Mundo. A Missão Civilizadora da Europa continua no século XXI, a concretização da “Paz Perpétua” de Kant.

A Europa, vista da América, tem esta paixão civilizadora e como fim a realização de uma Europa pós-Guerra Fria, universalmente. Vista de fora, a Europa só pode ter este destino pacificador se dentro dela existir a paz entre os Estados e a União entre os Cidadãos, ou seja, os Franceses têm de poder confiar nos Alemães e os Alemães têm de confiarem si mesmos. De fora do continente europeu, é mais fácil perceber as razões das actuais crises da Europa, e, porque a integração da Europa, destinada a criar uma superpotência europeia e a caminhar para uma política externa e de defesa europeia, tem vivido tantos bloqueios.

A Europa não consegue tornar-se um “hard power”, por várias razões: a rejeição da política do poder pela Europa e a desvalorização da força militar como um instrumento das relações internacionais; a falta da sua definição como sistema político e numa democracia europeia; a impossibilidade de regresso à ordem Kantiana que floresceu

²⁴ *Idem, Ibidem*, p.47.

²⁵ KAGAN, Robert – *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2003.

graças à protecção do poder americano exercido em conformidade com as regras da velha ordem hobbesiana. Os Europeus acreditaram que o poder já não tinha importância, e o poder militar dos Estados Unidos que servira para resolver o problema europeu, é pensado pelos Europeus como um poder ultrapassado e perigoso.

Eis-nos chegado a um paradoxo: os Estados Unidos vivem a história que permite à Europa emergir na pós-história. Os Europeus precisam de fazer um balanço de uma história de colonialismo, fascismo e todos os acontecimentos que marcaram a História do século XX. O problema da Europa é que caminha no sentido da despolitização e do enfraquecimento da sua democracia. Eis as questões de George Weigel à Europa:

“Porque é que a Europa está a caminho daquilo que o filósofo e político francês Pierre Manent denomina “despolitização”? Porque é que, tal como diz Manent, a Europa se entorpece com humanitarismo para esquecer que cada vez existe menos politicamente? (...) Porque é que muitos dos dirigentes europeus insistiram em que a nova Constituição europeia incluísse um acto deliberado de amnésia históricadestinado a varrer da memória política do continente um milénio e meio de contributos do Cristianismo para a compreensão dos direitos humanos e da democracia?”²⁶

Estas são algumas interrogações à Europa, para além da questão do despovoamento de facto e do suicídio demográfico. De facto nenhum país da Europa Ocidental tem uma taxa de natalidade que permita repor a sua população. A Europa está velha e enfraquecida: “O que se estará a passar quando um continente inteiro, que é hoje rico e mais saudável que nunca, se recusa a criar um futuro humano no sentido mais elementar, criando uma nova geração? Porque é que estes Europeus não admitem que estes dados demográficos- sem paralelo na história da humanidade na ausência de guerras, epidemias ou catástrofes naturais- são a realidade que define o seu século XXI?”²⁷.

As respostas a estas e tantas outras interpelações sobre a história da Europa do século XX, é a convicção de que as correntes mais profundas da história são espirituais e culturais, e, aqui reside a causa de todos os problemas da Europa. A História é impulsionada pela cultura – por aquilo que os homens e mulheres pensam, respeitam, estimam e veneram; pelas suas expressões artísticas; por aquilo que consideram verdadeiro e bom; pelas expressões de tudo isso na língua, na literatura e na arte; em suma, por aquilo que as sociedades estão dispostas a dar a vida. Todos os problemas da Europa são a expressão de uma crise profunda de valores espirituais da Europa e da crise dos próprios europeus que vivem sem esse farol a iluminar a democracia europeia. A Europa está moribunda e precisa que os europeus lhe devolvam o espírito e herança histórica, lhe devolvam a alma europeia que sirva de baluarte para uma nova democracia na Europa, que seja espelho da vitalidade e vontade dos cidadãos europeus. É preciso que a cidadania europeia seja uma realidade na recuperação dos valores da civilização e da cultura europeias e na arquitectura de uma democracia participativa. Eis a resposta para o problema da Democracia Europeia.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p.50.

²⁷ *Idem, Ibidem*.

Os dilemas da democracia na Europa: por uma União Europeia dos Cidadãos

A União Europeia está a viver tempos difíceis e o seu futuro depende da forma como conseguir ultrapassar as crises do presente. A crise social é, de longe, a mais preocupante porque não se resolve por critérios de convergência económicos, mas, antes, pela adesão dos cidadãos ao projecto europeu. Como dizia Louise Weiss, uma Europa sem os Europeus não tem o menor sentido, percebendo que esta unidade não podia fundamentar-se em interesses económicos, mas, em valores lapidares que fazem parte de uma consciência europeia. Numa entrevista de Paul Collowald a Louise Weiss, compreendemos a Europa que esta mulher idealiza:

“Si les Européens prenaient conscience de ce fonds commun de culture qui existe depuis le Moyen Age, (...) je crois que cette prise de conscience faciliterait la solution des questions purement matérielles; parce que l'on parlerait entre gens qui ont le même but fondement et pour lesquels les questions économiques s'inscrivent en leur temps dans un cercle restreint et qui doivent chacune recevoir une solution, mais inspirée de cette culture et aidée par elle. En somme, l'idéal serait, (...) que chaque Européen se disse: je suis Européen et Italien; je suis Européen et Anglais, que la spécificité qui forme la richesse de notre civilisation reste comme l'apanage des patries, et que ces patries se sentent indissolublement liées par une manière de penser et de sentir qui aboutit en fin de compte, et en trois mots, à la défense des droits de l'Homme”²⁸.

Esta realidade foi vivida e sentida com muita intensidade por Louise Weiss. Foi a partir dela que pensa esta realidade europeia para architectar os *Combats pour l'Europe*²⁹, ou seja, as vias necessárias para edificar uma nova Europa. Ela tinha presenciado os grandes acontecimentos do século para aprender a lição, também interiorizada por outro vulto da época, Hans-Georg Gadamer, quando reflecte a *Herança e Futuro da Europa*:

“Com os meus oitenta e cinco anos, sou um dos filhos mais velhos do século, de cuja inspecção trata esta série de conferências. Vivi esta época tempestuosa desde os meus anos de infância até hoje e, por isso, posso ser considerado uma testemunha, não com a pretensão de falar dos acontecimentos políticos e sociais como especialista, mas como uma testemunha que recorda tudo o que aconteceu com o objectivo de averiguar qual a relação que a filosofia – ou seja, o campo sobre o qual tenho algo a dizer – tem com a situação de todos nós, com os nossos temores, as nossas esperanças e as nossas expectativas”³⁰.

²⁸ Louise Weiss, Entrevista de Paul Collowald, de 18 de Julho de 1979, citada em WEISS, Louise – *L'Européenne*. Lausanne: Fondation Jean Monnet. Centro de Investigações Europeias, 1994. p.507.

²⁹ WEISS, Louise – *Mémoires d'une Européenne. Un Combat pour l'Europe*. Lausanne: Fondation Jean Monnet Pour l'Europe. Centre de Recherches Européennes, 1984.

³⁰ GADAMER, Hans-Georg – *Herança e Futuro da Europa*. Lisboa: Edições 70, 2009.

Estas palavras foram vividas e sentidas, também, por Louise Weiss. Foi este o seu tempo. Ela foi uma “testemunha” de um tempo tumultuoso. Contra todas as tempestades, ela assume esses “combates pela Europa”. Para nós, os leitores, a grande lição é ficar com a consciência de que todas as teorias precisam de uma sustentabilidade social e política. Não ter a ilusão da possibilidade de inventar um futuro para a Europa, sem ter consciência dessa realidade europeia. Não desligar o pensamento da prática vivida. Enfim, não criar uma torre de marfim ou, como diz Gadamer, “o mito da torre de marfim onde vivem os teóricos é uma fantasia irreal. Todos nos encontramos no meio da estrutura social”³¹.

Tanto Hans-George Gadamer como Louise Weiss, sobreviveram a duas guerras mundiais e sofreram as suas consequências. Não admira, portanto, que não caíam na tentação da torre de marfim. Os combates de Louise têm origem em acontecimentos vividos e gravados na memória. Como se interrogava Hofmannstahl: “*De que serve ter visto muitas coisas?*”³². Ou, como confidencia Gadamer: “Assim, ficou gravado na minha memória o momento em que rebentou a guerra de 1914, quando exclamei com a primeira levandade de um rapaz curioso: “*Que bom!*”³³, e o meu pai respondeu com a testa franzida: “*Não sabes o que dizes*”³⁴. Relembremos que a Europa comunitária foi criada primeiro que tudo para salvaguardar a paz e a paz entre as nações exige uma paz no espírito dos seus povos. Lembremos que o preâmbulo da ONU refere que é no espírito dos homens que nascem as guerras e será no espírito dos homens que terão de erguer-se os baluartes da paz.

Os tempos são de grandes tumultos sociais e os populismos e os nacionalismos emergentes, mostram a necessidade de reinventar a paz. Não se trata de unir culturas, mas de aceitar as diferenças como sinal de vitalidade da união e de riqueza para todos. A diversidade enriquece o todo se a aceitação da diferença for um dos valores europeus e o cosmopolitismo europeu integrar essa multiculturalidade. Os Direitos Humanos têm de ser a prioridade da União, no respeito pela dignidade do Homem e na solidariedade entre todos.

A Europa actual enfrenta imensos desafios: a crise económica, a emigração, a questão dos refugiados, o choque de culturas, os nacionalismos, desafios-problemas, que podem ser precisamente a chave para o renascer do projecto europeu, agora aprofundado de acordo com as ideias que estiveram na sua génese de uma verdadeira união entre os povos. O objectivo de preservar a paz é a melhor prova de sucesso, garantida ao longo de sessenta anos. Mais razões não existissem, só por isso, valeu a pena a União por ser tão bem sucedida nessa meta. É este o grande estímulo para enfrentar as grandes crises da actualidade, e o caminho a seguir poderá ser uma Democracia Transnacional que consiga ultrapassar estes problemas e desafios.

É preciso comunicar isto aos europeus porque o maior dos problemas, é a falta de comunicação entre a Europa e os Europeus. É preciso falar da História e da Cultura Europeia, É preciso falar das raízes greco-romanas e cristãs da civilização europeia.

³¹ *Idem, Ibidem*, p. 7.

³² *Idem, Ibidem*, p. 8.

³³ *Idem, Ibidem*.

³⁴ *Idem, Ibidem*.

A União Europeia é muito mais do que uma integração económica ou um sistema político híbrido. A Europa mudou as relações entre Estados e povos que enfrentaram e morreram em guerras do século XX. O Sonho europeu é de manter a paz e de gerar vida, desejando que as futuras gerações possam viver em paz. Cabe a cada um dos europeus alimentar o sonho e contribuir para um projecto de sucesso para a paz. A Europa dos “pequenos passos” está na hora de dar o passo de serem os Europeus a construir a Europa Social. Finalmente, é preciso falar dos ideais dos visionários da Europa, das razões para criarem uma Europa Unida e do sonho dos pais fundadores. Nesse dia, os europeus acordarão para a Europa e vão querer ser europeus de corpo e espírito.

Considerações finais

Conscientes de que a Europa se encontra hoje numa encruzilhada, não se vislumbrando a luz no meio de tantas trevas, parece que a Europa está “ferida de morte” ou de que o futuro é incerto e sombrio. Parece incapaz de reencontrar o caminho que trilhou durante sessenta anos, e, são a prova de maturidade e de conseguir continuar a caminhar. As crises são uma evidência e oportunidades de crescimento, ultrapassando as “inquietações” e o “desassossego” de que fala Jurgen Habermas³⁵, aos 82 anos, propondo uma nova via europeia que substitua os actuais tratados através da criação de uma comunidade cosmopolita e de uma arquitectura institucional no plano mundial.

A Europa não se esgota nem se limita nas suas fronteiras. A resposta à crise europeia é a resposta ao mundo, cabendo à União um papel primordial neste cosmopolitismo. A Europa acorda e volta a ser a pioneira da História e o baluarte dos valores fundamentais para todos os povos. A Europa ao arrumar-se enquanto “casa comum europeia”, abre-se ao mundo através dos alicerces para a comunidade mundial. Será este o renovar da “utopia” de Kant na *Paz Perpétua*? Um Estado de povos que englobasse todos os povos da terra. É esta a solução retomada por Jurgen Habermas: uma União Europeia que se transcende a si própria e se torna missão para os outros na construção de uma nova comunidade mundial. Para ambos os filósofos, a Europa reencontra-se, saindo para fora de si mesma, envolvendo os europeus nos objectivos primordiais da sua existência e centrando-os na construção europeia.

Habermas propõe à União Europeia ser o caminho pioneiro para a uma sociedade mundial constituída politicamente. O rumo a seguir passa pela defesa de uma “federação desestatizada” que se apoia na participação dos Povos e dos cidadãos da Europa e que substitua o “federalismo executivo pós-democrático” pelos Estados e seus governantes. Em segundo lugar que as competências transferidas pelos Estados nacionais para a dimensão supranacional, resultem do envolvimento directo dos cidadãos. Os povos e os cidadãos são sujeitos activos no novo poder constituinte e, como tal, aceitarão esses direitos estabelecidos de forma democrática. Está subjacente uma ideia de “transnacionalização da democracia” ou de “democracia transnacional” que ponha termo à fragilidade da Democracia na Europa. E nesta democracia, os cidadãos são chamados a uma intervenção democrática e a assumirem o presente e o futuro da

³⁵ HABERMAS, Jurgen – *Um ensaio sobre a Constituição Europeia*. Lisboa: Edições 70, 2012.

construção europeia. Os cidadãos deixaram de ser espectadores do projecto europeu ou de retaliadores, porque passarão a ser os actores e os autores do projecto europeu.

Se tivéssemos que resumir numa frase, o essencial deste artigo, o caminho seria seguir a magistral afirmação de Bronislaw Geremek: “Après avoir fait l’Europe, nous devons maintenant faire des Européens sinon nous risquons de la perdre”³⁶. É o próximo caminho a percorrer no sentido do aprofundamento do projecto europeu, depois de um caminho de alargamento, é preciso mais Europa, no sentido de continuar o primeiro projecto anunciado por Jean Monnet de “fazer a Europa” e concretizado por meio de “pequenos passos” institucionais. Decorrido mais de meio século, urge iniciar um segundo projecto de “fazer os europeus”, porque a Europa não pode continuar sem o envolvimento dos europeus. Um futuro para a Europa será possível se forem eles os principais actores desta história de sucesso, mas, que precisa de ser reinventada. Termino, prestando homenagem ao meu mestre e europeu, Francisco Lucas Pires que não se cansou de afirmar que somos todos “aprendizes de cidadão da Europa sem muro”.

BIBLIOGRAFIA

- BALSAS, Álvaro – “Política e Filosofia I: A Democracia em questão”. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. Nº72, N.º4 (2016). ISBN 978-972-697-272-3.
- GEREMEK, Bronislaw (Dir.) - *Visions d'Europe*. Paris: Odile Jacob, 2007. ISBN-13: 978-2738120113.
- HABERMAS, Jürgen - “A União Europeia perante a decisão entre a democracia transnacional e o federalismo executivo pós-democrático”. In *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 9789724417004.
- HENRIQUES, Miguel Gorjão - *Direito da União. História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 9789724055541.
- MARTINS, Ana Maria Guerra - “Os fundamentos axiológicos da União Europeia após o Tratado de Lisboa. Um estudo sobre o artigo 2º do TUE”. In PIÇARRA, Nuno (coord.) - *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais*. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN: 9789724046297.
- MARTINS, Ana Maria Guerra - *Curso de Direito Constitucional da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 9789724023533.
- MOURY, Catherine - *A democracia na Europa*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos, 2016. ISBN 978-989-8838-49-0.
- OBERDOFF, Henri - “Le principe démocratique dans l’Union Européenne”. In BROSSET, E.; CHEVALLIER-GOVERS, C.; EDJAHARIAN, V.; SCHNEIDER, C. (ed.) - *Le Traité de Lisbonne, Reconfiguration ou Déconstitutionnalisation de l’ Union Européenne?*. Bruylant, 2009. ISBN-13 9782802727095.
- RAFAEL, Ramia Muneratti - *A Democracia na União Europeia. O Parlamento Europeu e a redução do deficit democrático*. Brasília: UNICEUB, 2014. ISBN 978-85-61990-34-3.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) - *Identidade Europeia e Multiculturalismo*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002. ISBN 972-8717-53-9.

³⁶ GEREMEK, Bronislaw- *Visions d'Europe*. Paris: Odile Jacob, 2007. p. 101.

- ROCHA, Isabel - *Tratados da União Europeia*. Porto: Porto Editora. ISBN 9789720067210.
- SANDE, Paulo - *O sistema político na União Europeia*. Lisboa: Principia Editora. ISBN 972-8500-28-9.
- SCHMITT, Hermann - “As eleições de junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda eleições de segunda ordem?”. *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Nº177, vol. XL (4º trimestre de 2005). ISBN 91-7496-220-5.
- SEIXAS, Diogo Costa - *Ensaio sobre a Democracia Europeia e a sua legitimidade- o.incessante apelo à participação democrática do cidadão europeu*. [Em linha].[Consult. 29.06.2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000059126/>>.
- SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia. Arquitectura, Funcionamento e Teorização*. Coimbra: Almedina Editora, 2013. ISBN 9789724050980.
- SOULIER, Gerard - *A Europa. História, Civilizações e Instituições*. Lisboa: Edições Piaget, 1997. ISBN 972-8407-37-8.
- WEIGEL, George - “O problema da Europa...que é também nosso”. *Revista Nova Cidania*. Lisboa: Principia Editora. Nº40 (2004) p. 46-54.